

As notícias da pólio demandam urgência, não pânico

» MARCELO HAICK

Curador da Fundação Rotária e consultor nacional de Advocacia para a Pólio do Rotary International

Quando falamos de assuntos de saúde pública, é tentador concluir ela, de modo global, está em crise. Mas a verdade é muito mais interessante e, de muitas formas importantes, bastante esperançosa.

A pólio é um grande exemplo. As notícias recentes da transmissão da pólio em Israel, no Reino Unido e também no estado de Nova York, destacam a importância da vacinação como a única forma de proteção contra a poliomielite e o trabalho que precisa ser feito para estimular a aplicação das vacinas. Isso é especialmente importante em comunidades onde precisamos combater a desinformação sobre o assunto.

Assim, precisamos começar a trabalhar efetivamente para mobilizar todo o corpo técnico disponível para que essa desinformação seja esclarecida o mais eficientemente possível. Precisamos atuar junto com universidades, sociedades médicas, imprensa e influenciadores, além das lideranças comunitárias. No Brasil, nós estamos observando uma queda gradual nas taxas de vacinação nos últimos cinco anos. Existem vários fatores que influenciam essa queda, incluindo a baixa percepção da população sobre o risco da pólio, pois muitas pessoas jovens não conviveram com a doença. Por isso, é extremamente necessário que a saúde pública elimine a pólio em todo o mundo o mais rápido possível. E hoje estamos mais próximos que nunca de erradicar a doença.

Caminhamos em direção a zerar os casos de pólio causados pelo vírus selvagem, o qual permanece endêmico em apenas dois países: o Afeganistão e o Paquistão. Atualmente, o mundo tem a oportunidade única de parar a transmissão do vírus para sempre. E a hora é agora, porque, enquanto a pólio existir em qualquer lugar, é uma ameaça em todos os lugares.

O Rotary, uma organização humanitária global com mais de 1,4 milhão de associados, tem estado no centro dos esforços globais para erradicar a pólio por mais de três décadas e se tornou um parceiro fundador da Iniciativa Global de Erradicação da Pólio (Gpei, na sigla em inglês) em 1988. A Gpei é uma parceria público-privada liderada por governos nacionais com importantes parceiros.

Todo ano, por meio da nossa parceria com a Fundação Bill & Melinda Gates, o Rotary destina US\$ 150 milhões para o esforço global de erradicação da pólio. Nós já contribuimos com mais de US\$ 2,6 bilhões e incontáveis horas de voluntariado para eliminar essa doença.

Este é o momento para todos os envolvidos reforçarem seu compromisso com a erradicação da poliomielite, apoiando totalmente a estratégia 2022-26 da Gpei. Esse esforço foca em adotar uma postura de emergência, ao mesmo tempo em que gera mais responsabilidade e senso de propriedade de governos nacionais para erradicar poliovírus selvagem e eliminar os surtos da variante do vírus.

Em nosso país, trabalhamos há mais de oito anos no relacionamento do Rotary com o Ministério da Saúde e com a Organização Pan-Americana de Saúde. Como associados do Rotary, também mantemos relacionamento com as secretarias estaduais e municipais de saúde.

Na esfera federal, o Rotary faz parte de uma



comissão nacional de erradicação da pólio, além de atuar junto ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). Com isso, nossa organização acompanha o trabalho feito no combate à paralisia infantil e ajuda a fortalecer o programa, contribuindo com a continuidade dos esforços de vacinação.

Com nossos parceiros da Gpei, nós engajamos comunidades em todo o mundo para encorajar altas taxas de vacinação, imunizando mais de 400 milhões de crianças anualmente. Graças ao nosso trabalho conjunto, o mundo está prestes a erradicar o segundo vírus da história. E, enquanto nos aproximamos da erradicação, também melhoramos nossa capacidade de evitar a transmissão de formas variantes da pólio.

Foi desenvolvida uma nova vacina oral contra a poliomielite tipo 2 (nOPV2), a qual é mais estável geneticamente e está sendo entregue para uma lista crescente de países para interromper os surtos da variante não selvagem do poliovírus de forma mais efetiva. Tudo isso é razão suficiente para o otimismo, não o desespero. A Gpei está confiante de que podemos alcançar um mundo em que nenhuma criança ou adulto fique paralisado por causa da pólio novamente.

Nós podemos e devemos alcançar essa enorme — e necessária — conquista humana. Ao fazer isso, também vamos demonstrar que a ciência e a saúde pública não estão em decadência, mas apenas precisam do nosso apoio mais do que nunca.

Leis de segurança contra incêndio engatinham

» SYLVIO DO CARMO
Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Retardantes de Chama (Abichama)

Ao longo do tempo, a população brasileira cresceu concentrada em zonas urbanas. Contudo, a infraestrutura e as construções necessárias para a vida na cidade têm mostrado sérias deficiências em relação à segurança contra incêndio (SCI). Se compararmos a realidade atual de incêndios residenciais com o que vivíamos nas décadas passadas, constatamos que nos anos 70 o tempo de fuga era de 17 minutos e, atualmente, só temos 3 minutos para escapar de um incidente dessa categoria. Essa diminuição é resultado da adoção de materiais sintéticos em construções, móveis e eletrodomésticos que, apesar de facilitarem nossa vida e trazerem mais conforto, são mais inflamáveis.

No Brasil, a SCI se originou a partir de grandes tragédias. A primeira regulamentação sobre o tema surgiu em meados de 1975, após os incêndios dos edifícios Joelma e Andraus, em São Paulo. Já o grande marco na história da SCI no país acontece apenas em 2017, com a promulgação da Lei nº 13.425, ou Lei Kiss, quatro anos depois da tragédia em Santa Maria, que matou 242 pessoas e feriu mais de 600.

A Lei Kiss é federal e prevê diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio. Contudo, não modifica a eficácia das leis estaduais que tratam especificamente da SCI. Isso porque, embora ela tenha reforçado as aplicabilidades das legislações estaduais e atribuído responsabilidades ao poder municipal, cada estado possui legislação, recursos e condições diferentes para prevenir, fiscalizar e combater incêndios. Esse cenário reforça as discrepâncias da SCI pelo território nacional.

Na realidade, ainda há graves problemas para serem solucionados no Brasil. Além da flexibilização e prorrogação de prazos na aplicação das normas, a falta de profissionais do Corpo de Bombeiros, que faz um trabalho de excelência mesmo sem o efetivo ideal, dificulta a fiscalização, principalmente, em municípios que não possuem uma unidade da corporação. Há também falta de dados estatísticos oficiais de ocorrências urbanas, o que dificulta a elaboração de políticas públicas efetivas de prevenção e combate a incêndios. Além disso, a legislação brasileira não dá a devida importância para a adoção de padrões de inflamabilidade de materiais.

O incêndio que destruiu o Museu Nacional, patrimônio histórico brasileiro, e quase todo o seu acervo, no ano seguinte ao da promulgação da Lei Kiss, foi o maior alerta possível de que ainda é necessário avançar muito com a pauta. Os vetos impostos à Lei, como ao artigo que obriga que fossem observadas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a elaboração do Plano de Prevenção e Proteção de Combate a Incêndio, afrouxaram uma legislação que deveria ser mais rigorosa. Além disso, as Leis de SCI no Brasil sofrem flexibilizações constantemente, o que demonstra que a prioridade do estado não tem sido a segurança da população.

Com o suporte da Abichama, a Frente Parlamentar de Segurança Contra Incêndio (FPMSCI) foi instalada no Congresso Nacional para desenvolver ações e políticas públicas de ampliação ao combate e à prevenção de incêndios. O trabalho desenvolvido pela Frente, da qual a Abichama faz parte do Conselho Consultivo, foi fundamental para que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) reconhecesse a segurança contra incêndio como área de conhecimento e para que a Secretaria Nacional de Segurança Pública apresentasse o Modelo Nacional de Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Emergências para subsidiar os estados na atualização de suas leis sobre o tema.

Mesmo com os avanços, ainda é urgente e necessário que o Brasil aprofunde e acelere o debate sobre a segurança contra incêndio para evitar novas tragédias e destruições do nosso patrimônio cultural e histórico. A prevenção é o melhor investimento, pois, como dizia Harry Kloper, "a maior tragédia dos incêndios é saber que a maioria deles poderia ter sido evitada".

O caráter social do Fies

» CELSO NISKIER

Diretor presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes) e diretor executivo do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior

Em seu recente encontro com reitores de universidades públicas, o presidente Lula lembrou o que muitos esquecem: o caráter social do Fies. O programa de financiamento estudantil do governo federal permite, desde 1999, que milhões de estudantes de baixa renda pudessem (e possam) ingressar no ensino superior, conquistando o sonho de uma formação que possibilite a ascensão ao mundo qualificado do trabalho e a uma melhor qualidade de vida.

Com a sua arguta intuição e dando a devida prioridade às desigualdades que ferem a nossa sociedade, o presidente destacou que o financiamento estudantil não deveria ser julgado só pela eventual dificuldade de pagamento dos egressos — muitas vezes causada pela falta de oportunidades de trabalho — mas pela promoção do crescimento econômico a longo prazo, com mais renda, mais produtividade e, consequentemente, maior arrecadação de impostos.

Educação é obrigação constitucional e ótimo investimento para o poder público, tanto aplicado na melhoria das condições de infraestrutura das universidades públicas, quanto na oferta de mais vagas do Fies nas universidades privadas. São essas instituições que respondem por mais de 80% do total de alunos na graduação nas mais diversas áreas do conhecimento e é também o meio mais rápido e eficiente para a expansão do acesso à formação profissional e da inclusão social dos jovens.

A diversidade da educação superior brasileira

é fonte de orgulho, pois oferece às famílias ampla possibilidade de escolha da melhor educação para seus filhos. Longe de um modelo único para o ensino superior, construímos um modelo inovador e múltiplo, seja pela presença disseminada geograficamente pelo país, seja pela flexibilidade da oferta da educação a distância.

É inegável que o sistema atual exige aprimoramentos, em especial na melhoria da qualidade da educação, com estímulo à inovação curricular — acompanhando as tendências do mundo do trabalho — e a ampliação nas carreiras de grande demanda determinantes para a (re)construção do presente e do futuro do Brasil. Em seu encontro com reitores, o presidente Lula destacou duas delas: medicina e engenharia.

Acrescento a importante formação em tecnologia da informação. Pesquisas recentes indicam a carência de quase 800 mil profissionais qualificados, número que tende a crescer. Sem dúvida, são áreas que o governo deve estimular novas iniciativas, com qualidade e acessibilidade.

Se o mercado demanda tantos profissionais qualificados, é tarefa das instituições de ensino superior capacitá-los e é tarefa do Estado não medir esforços para colaborar com o acesso e a permanência dos estudantes em seus cursos até a formatura. O financiamento estudantil é um dos pontos centrais desse modelo de política pública.

Tanto o presidente Lula quanto o ministro da

Educação, Camilo Santana, sinalizaram a preocupação e direcionamento de ações voltadas à valorização do ensino superior. O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular defende a mudança nas regras do Fies, entre elas a vinculação do pagamento após a graduação à renda do egresso e inclusão de vagas para os cursos a distância.

Também defendemos tratamento diferenciado para os cursos de excelência nas áreas que tenham melhor empregabilidade de recém-formados e consequente baixo risco de inadimplência. Além da atenção constante aos cursos de licenciatura, visando ao reforço necessário (e urgente) na formação de professores da educação básica, incluindo a capacitação para as novas competências digitais. Sem o suporte governamental, de que outra maneira milhares de alunos de baixa renda terão capacidade de investir na própria capacitação? A educação é comprovadamente o caminho para inclusão social e não pode mais ser deixada de lado.

A tarefa não é só do gabinete presidencial ou do ministro. Por isso o Fórum está à disposição para o diálogo, colaborando ativamente na construção de políticas públicas inclusivas e eficientes. Lado a lado, instituições públicas e privadas podem promover a recuperação da educação superior brasileira, tão abalada pelas sucessivas crises econômicas, pela pandemia e pela falta de investimentos. Queremos um novo Fies para um novo tempo.